

# Culturas, políticas e práticas na interface da educação especial e educação do/no campo

Cultures, policies and practices in the interface of special education and education in/in the countryside

Alessandra Andrade Cardoso<sup>1</sup>, Allan Rocha Damasceno<sup>2</sup>

**Como citar esse artigo.** CARDOSO, A. A.; DAMASCENO, A. R. Culturas, políticas e práticas na interface da educação especial e educação do/no campo. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 14, n. 2, p. 59-67, mai./ago. 2023.

## Resumo

Este estudo traz a problematização e o debate sobre as Políticas Educacionais com interface da Educação Especial e da Educação do/no Campo, sendo justificado relevante considerando que os estudantes desses grupos vivem em constante luta para reafirmar não só a sua existência, mas para que sejam reconhecidos e respeitados em seus direitos como cidadãos. Por objetivo buscamos analisar e destacar aspectos sobre as culturas, políticas e práticas reveladas a partir das dissertações defendidas no período 2017-2022 do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que tiveram como objeto de investigação a interface da educação especial e educação do/no campo. Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica. O estudo está sustentado na Teoria Crítica como suporte teórico-metodológico. Entre os resultados destacamos evidências da necessidade de políticas públicas para fazer avançar a consolidação da inclusão.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação do Campo; Interface; Ensino; Direitos.



**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

## Abstract

This study brings the problematization and debate about Educational Policies with interface between Special Education and Education in/in the Countryside, it is justified relevant considering that students from these groups live in constant struggle to reaffirm not only their existence, but to be recognized and respected in their rights as citizens. As an objective, we seek to analyze and highlight aspects of the cultures, policies and practices revealed from the dissertations defended in the period 2017-2022 of the master's course of the Graduate Program in Agricultural Education (PPGEA) of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), whose object of investigation was the interface between special education and rural education. It is, therefore, a bibliographical research. The study is based on Critical Theory as a theoretical-methodological support. Among the results, we highlight evidence of the need for public policies to advance the consolidation of inclusion.

**Keywords:** Special Education; Rural Education; Interface.

## Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), criado em 22 de abril de 2003 na área de educação da CAPES, vem promovendo a integração entre diferentes campos de conhecimentos, em uma perspectiva interdisciplinar. Ao adotar a Pedagogia da Alternância, o PPGEA tem respondido ao grande desafio de qualificar academicamente os atores educacionais de todas as regiões do Brasil, e colocar problemas de investigação que levem em consideração realidades socioambientais e culturais diversas. Todas as ações do PPGEA são planejadas e desenvolvidas em torno de três eixos valorativos: Interação, Inclusão e Participação. O que nos motiva a

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Professora da Educação Básica no Município de Mangaratiba/RJ. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Diversidade e Inclusão (LEPEDI). RJ/Brasil.

<sup>2</sup>Professor Associado do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI). RJ/Brasil.

\* Email de correspondência: alessandrdrade1000@gmail.com

Recebido em: 03/03/2023. Aceito em: 13/07/2023.

análise da interface Educação Especial e Educação do/no Campo.

Ao analisarmos a história da educação brasileira percebemos que o direito à educação não tem sido exercido plenamente por todos os brasileiros e brasileiras. Visitando as políticas públicas educacionais existentes, percebemos dispositivos legais que respaldam a problematização da interface entre Educação no Campo e Educação Especial. A educação na perspectiva adorniana tem grande importância na formação das gerações, buscando uma sociedade que promova autonomia e emancipação dos sujeitos.

Não se pode negar que houve avanço e que, principalmente, desde a década de 1990, diversas medidas vêm sendo tomadas no sentido de evitar a segregação de anos anteriores, caracterizados pelo descaso à inclusão na educação. Inúmeras políticas públicas, leis, decretos, atos normativos, portarias, entre outros, têm surgido para que a inclusão das pessoas com deficiência efetivamente aconteça. Segundo as autoras Mantoan e Prieto:

[...] a inclusão ultrapassa a legitimidade desse direito, ao exigir não apenas a matrícula escolar, mas o prosseguimento dos estudos até níveis elevados da criação artística, da produção científica, da tecnologia. Há de se reconhecer as peculiaridades dos alunos, isto é, suas diferenças. Nesse sentido, é preciso mostrá-las, porém sem discriminá-las nem inferiorizá-las. (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 80)

Há décadas alguns grupos eram excluídos da escola, quando o ensino obrigatório inseriu novos públicos no universo escolar a democratização do ensino passou a ser um grande desafio. Reconhecendo que o “modelo” de escola que se apresenta hoje não é muito diferente do existente há tempos, ingressar no ambiente escolar, sob a perspectiva da inclusão do público-alvo da educação especial (PAEE)<sup>1</sup>, é um desafio, desafio ainda maior se o ambiente escolar estiver no campo, igualmente excluído historicamente das políticas públicas. Dessa maneira, para Costa:

A urgência de uma educação democrática e emancipadora parece constituir-se como alternativa para a superação da diferença significativa como obstáculo para o acesso e permanência na escola regular dos educandos com deficiência e na possibilidade de se pensar uma sociedade justa e humana. (2001, p. 91)

Para compreendermos a Educação do Campo, encontramos em documento oficial:

A Educação do Campo destina-se à população rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Assim como, estar vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do país (BRASIL, 1996; 2008, p.1-3)

---

1 O público-alvo da educação especial, considerando a legislação vigente, Resolução nº 4 de outubro de 2009, é composto por estudantes com deficiências: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; e alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

A Educação do Campo vem reivindicando nas últimas décadas, através dos movimentos sociais e das amplas discussões no âmbito educacional, uma educação específica para as populações do campo, que de acordo com a o Art. 28 da LDB 9394/96, promova as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, de forma que os conteúdos curriculares e as metodologias atendam às reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural (CALDART, 2003).

A diversidade deve ser parte integrante das questões educacionais, as populações que habitam em comunidades indígenas, nas zonas rurais, quilombolas, caiçaras e ribeirinhas, têm uma cultura e um modo de viver diferente do que foi socialmente imposto. Esses grupos vivem em constante luta para reafirmar não só a sua existência, mas para que sejam reconhecidos e respeitados em seus direitos como cidadãos. Para Mohana:

Assim, o velho bordão de que “ser diferente é ser normal”, é muito bem colocado por Valdelúcia Costa (2016, p.672), quando diz que “[...] ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. O reconhecimento da diferença implica o reconhecimento da diversidade humana como um valor”. (2020, p. 2)

Considera-se que as escolas acabam por refletir a sociedade na qual está inserida; dentre as diversas estratégias existentes para remover as barreiras da aprendizagem e da inclusão, o diálogo entre governantes, gestores, educadores, especialistas em Educação Especial, bem como entre os estudantes, pais e responsáveis, tem sido um dos grandes desafios no avanço das políticas públicas educacionais, tornando-se essencial a busca de avanços entre teoria e prática. Para Adorno:

O que, desde então, vale como o problema da práxis, e hoje novamente se agrava na questão da relação entre teoria e práxis, coincide com a perda de experiência causada pela racionalidade do sempre-igual. Onde a experiência é bloqueada ou simplesmente já não existe, a práxis é danificada e, por isso, ansiada, desfigurada, desesperadamente supervalorizada. Assim, o chamado problema da práxis está entrelaçado com o do conhecimento. (1995, p. 203-204)

Nosso objetivo com este texto é promover análise, problematização e debate sobre as Políticas Educacionais com interface da Educação Especial e da Educação do/no Campo, com vistas à compreensão e divulgação das pesquisas de mestrado desenvolvidas no PPGA que abordam o tema.

## Metodologia

Na perspectiva adorniana, este estudo tem como lente a possibilidade de democratização da escola buscando, através da pesquisa bibliográfica, uma perspectiva de análise crítica dos dados obtidos. O estudo está sustentado na Teoria Crítica como suporte teórico-metodológico, embasado nos estudos do filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno e outros estudiosos. Assim, nos esclarece Adorno:

[...] a função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isto se dá, revelando as raízes deste movimento — que não são acidentais — e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão. (1995 p. 11)

A Teoria Crítica nos leva a compreender o papel da educação como luta pela transformação, na qual o resgate da formação cultural ultrapassa as muralhas da educação formal e atinge dimensões vivas da sociedade. Nesse sentido Horkheimer indica que:

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza as experiências à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual [...] a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora. (1991, p. 69-70)

Buscou-se nesse estudo analisar de forma crítico-reflexiva as políticas públicas da educação especial e sua interface com a educação do/no campo com desafios à escolarização em 15 (quinze) dissertações defendidas no período 2017-2022 do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Sobre abordagem reflexiva, Ghedin e Santoro afirmam:

Na abordagem reflexiva, caracteriza-se fundamentalmente por ser a atitude crítica que organiza a dialética do processo investigativo; que orienta os recortes e as escolhas feitas pelo pesquisador, que direciona o foco e ilumina o cenário da realidade a ser estudada; que, enfim, organiza a síntese das intencionalidades da pesquisa (2011, p. 107).

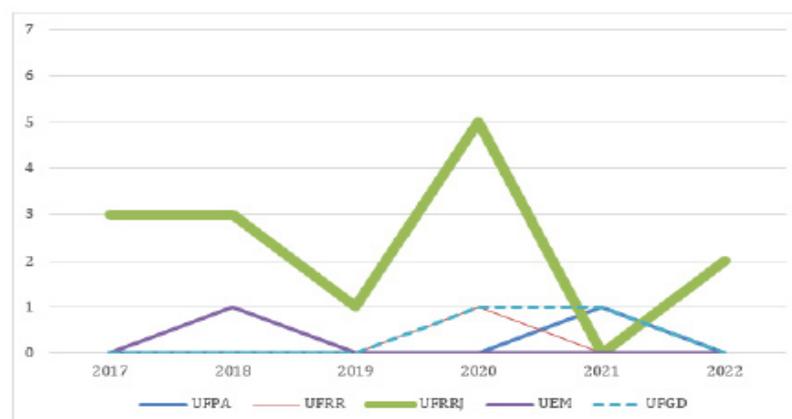
Para Mantoan (2003) se almejamos uma escola inclusiva é necessário que “seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças”.

## Resultados

Com o intuito de analisar dissertações com a interface Educação Especial e Educação do Campo, realizamos busca de dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As buscas foram feitas com recorte temporal de 2017 a 2022, com o uso dos seguintes descritores combinados: “Educação Especial” e “Educação do Campo” em 27 de janeiro de 2023. Os resultados apontaram para 22 (vinte e duas<sup>2</sup>) produções de dissertações.

Apresentamos, no Gráfico 1, a distribuição temporal da produção científica em dissertações na interface entre Educação Especial e Educação do Campo no período compreendido entre 2017 e 2022.

**Gráfico 1.** Distribuição temporal de dissertações



Fonte: elaboração própria (2023)

2 Algumas dissertações estavam repetidas na contagem, por isso, descartamos para confecção do gráfico.



de inclusão, bem como o número reduzido de profissionais especializados para o atendimento do PAEE. (SIQUEIRA, 2018) No entanto, a maioria dos estudantes participantes das pesquisas, considera as instituições inclusivas, mas reconhecem que ainda há muito a ser melhorado. As pesquisas nos mostram também que, no meio acadêmico, ainda é forte a resistência dos docentes quanto à inclusão dos estudantes com deficiência no ensino técnico profissional.

A diferença linguística também foi fator de estudo dentro de um dos IF que corroborou para mostrar que os desafios da prática pedagógica com a comunidade surda podem ser minimizados quando busca-se definir estratégias metodológicas envolvendo intérpretes, professores e outros membros da comunidade escolar que participem de um trabalho colaborativo. (COUTINHO, 2017)

Sendo os IF os maiores alvos das pesquisas analisadas, foram evidenciados ainda estudos que apontaram que alguns servidores, apesar de manifestarem ideais de inclusão, reconhecem práticas excludentes em seu fazer institucional. Indicaram ainda que, em sua prática, não percebem o processo de inclusão como participação legítima, com respeito à igualdade de oportunidades e à diversidade humana. (BRANCH, 2017)

Constatamos ainda que os estudos apontam para a necessidade de que os espaços para o processo de ensino/aprendizagem para os estudantes PAEE, na perspectiva da inclusão, devem ser efetivamente espaços dialógicos que busquem permanentemente a permanência e a participação dos estudantes, contando com estrutura física acessível; flexibilizações pedagógicas para aqueles com demandas específicas de aprendizagem; respeito às particularidades de cada comunidade escolar; e que requer investimento na formação docente, além da garantia de escolas plurais que valorizem e respeitem a diversidade e que sejam acolhedoras para todos e todas. (OLIVEIRA, 2020)

Encontramos estudos que denunciaram dificuldades encontradas em escola de/no campo onde a educação especial é ofertada de maneira inadequada, baseada no esforço da equipe gestora em manter a escola, inclusive em aspectos de captação e utilização de recursos e alimentação dos estudantes. Outros estudos nos levaram na direção de que a educação especial em algumas escolas do campo tem avançado nos últimos anos. Havendo aumento considerável de matrículas desses estudantes. Porém, esse avanço é acompanhado pela necessidade urgente de formação com gestores escolares e comunidade escolar, apontando ainda para a falta de formação em serviço para os professores. (GABRIEL, 2020)

Foi identificada a necessidade de melhorias nas Políticas Públicas voltadas para transporte escolar, pois não possuem acessibilidade para o PAEE, e de melhorias nos espaços físicos das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) porque, em sua maioria, não atendem às necessidades dos estudantes e da própria escola; além de acessibilidade nos banheiros e a disponibilização de equipamentos eletrônicos para facilitar o atendimento dos estudantes. (SILVA, 2021)

Sendo reforçada em outros estudos a necessidade de melhorias e ampliação nas políticas públicas voltadas para o transporte escolar. Os dados do Censo da Educação Básica (2018-2019) revelam que aproximadamente 40% dos estudantes público-alvo da Educação Especial do município de Águia Branca, por exemplo, estão matriculados nas escolas do campo. No ano de 2019 foram cadastrados um total de duzentos e trinta e três (233) estudantes público-alvo da Educação Especial no município de Águia Branca, sendo que, no ano anterior foram cadastrados duzentos e doze (212) estudantes. Percebe-se que o crescimento no número de matrículas da Educação Especial de fato vem ocorrendo. (SILVA, 2022)

Dentre os estudos analisados encontramos algumas críticas como a de que, dentre tantas especificidades, geralmente os estudantes com deficiência residem em moradias que se localizam distantes da unidade de ensino no campo. A realidade é de que, sem transporte escolar que acolha a necessidade desses estudantes fora do horário de aula convencional, obviamente fica inviabilizado o cumprimento do atendimento educacional especializado, como previsto nos dispositivos legais. Nesse sentido, a escola, em desacordo com as políticas públicas, organiza-se se contrapondo e realizando o atendimento no mesmo turno, uma vez que as peculiaridades desses sujeitos camponeses são desconsideradas pelas legislações vigentes. (SIQUEIRA, 2022)

Os estudos alcançaram ainda os assentamentos onde pode-se constatar que os estudantes são atendidos em condições precárias sendo evidenciada de forma enfática a invisibilidade da educação especial, sem sequer terem o direito ao AEE. (SILVA, 2017)

Na busca por investigar a interface da educação especial e a educação do/no campo encontramos estudos que dão voz aos estudantes com deficiência considerando suas narrativas como objeto de investigação, sendo as histórias pedagógicas de estudantes com deficiência analisadas como ferramentas que possibilitaram conhecer o processo de escolarização na educação especial que revelaram como resultado as deficiências não serem fatores determinantes para exclusão e que, apesar de lacunas pedagógicas de diversas naturezas encontradas na instituição e que dificultaram a formação dos estudantes, pode-se afirmar que houve a inclusão. (SILVA, 2018)

Encontramos estudos realizados em escolas com tempo integral que apresentaram resultados reveladores de avanços e desafios do processo de inclusão para a efetiva garantia do direito à educação da população do campo. Destaque para a ineficiência na operacionalização do AEE para os estudantes PAEE. Representando tensões e contradições para a construção de políticas públicas que atendam aos dispositivos legais já conquistados, mas que precisa dialogar com movimentos sociais, populações camponesas, associações, professores, gestores, pais, estudantes e comunidade para, de fato, a escola seja democrática e contemple as necessidades dos sujeitos que estudam e moram no campo. (ANJOS, 2018)

Desvelar tramas vivenciadas por estudantes com deficiência visual no Ensino Superior também foi objeto de investigação nos estudos analisados que apontaram que mesmo com as possibilidades de acesso a acervos bibliográficos e ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) disponíveis aos estudantes com deficiência visual, por meio do sistema braile ou texto ampliado, ou ainda em meio digital, os estudantes participantes da pesquisa relataram que enfrentam inúmeras barreiras didático-pedagógicas. (LOPES, 2017)

Alguns estudos elegeram as Políticas Públicas de Educação Inclusiva e a formação docente voltada ao AEE como objeto de pesquisa e que confirmaram suas hipóteses de que, embora existam ações formativas para os docentes da educação especial, estas ocorrem de forma esporádica e aligeirada transitando na superficialidade. Não evidenciaram ações político-pedagógicas que se traduzissem em políticas públicas de formação e, sem conseguirem atender as necessidades de formação dos profissionais do AEE. (NEGRÃO, 2017)

Os estudos foram reveladores dos desafios encontrados pelos docentes e pela gestão escolar em efetivar o processo de inclusão, destacando a problemática da contratação temporária de profissionais especializados (ou não) para atuarem na Educação Especial o que, além de não garantir, inviabiliza a continuidade do trabalho com os estudantes. (VIÇOSI, 2020)

## Considerações Finais

Os caminhos percorridos para a análise dos dados obtidos através dos estudos de mestrado do PPGA no período compreendido entre 2017 e 2022, por meio de levantamento bibliométrico e revisão de literatura coadunam para a importância de políticas públicas direcionadas para a educação especial, bem como políticas de formação em serviço para fazer avançar a consolidação da inclusão.

Fica evidenciado que muito precisa ser transformado, em especial, destacamos:

- As políticas institucionais no que tange à formação dos servidores; à acessibilidade de suas infraestruturas; às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); ao trabalho colaborativo intersetorial e na destinação de recursos.
- Transformação cultural na desconstrução das barreiras excludentes; no combate à violação dos direitos; dialogar com diversos segmentos que compõem a educação do/no campo; considerar

a realidade sociocultural dos estudantes e da comunidade externa à escola; no respeito à identificação cultural.

- A necessidade de práticas de democratização das escolas; dos diálogos na horizontalidade; de dar visibilidade e voz aos que são historicamente afetados diretamente pela segregação e negação de direitos.

Findamos esse texto na expectativa de incentivar outros autores a se debruçar sobre a interface da educação especial e da educação do/no campo com o objetivo de que as publicações científicas sobre a temática possam fazer avançar Políticas Públicas, com amplo diálogo e debate com movimentos sociais, gestores escolares, professores e comunidade, amparado nos estudos acadêmicos para a afirmação de uma escola que atenta democraticamente e na sua totalidade às demandas específicas de aprendizagem de todos os estudantes PAEE que estudam no campo.

## Referências

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editoria Paz e Terra, 1995.

ANJOS, Taiana Furtado. **A Educação Especial no Campo: desafios à escolarização na Escola Agrícola Padre João Piamarta no Município de Macapá-AP**. 2018. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial [da] União, seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/95334396/dou-secao-1-07-07-2015-pg-2>. Acesso em: 29 de set. de 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. [Publicado originalmente no Diário Oficial [da] União, seção 1, p. 1, de 23 dez. 1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 29 de jan. de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial). Acesso em: 29 de jan. de 2023.

CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, jan./jun. 2003.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educativas específicas: políticas e sistemas**. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2001.

COUTINHO, William. **Educação, Identidades e Culturas Surdas no Instituto Federal de Roraima**. 2018. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

GABRIEL, Diego Henrique Machado. **Políticas públicas de Educação Inclusiva: Interfaces da Educação Especial na Educação do Campo no município de Posse - GO**. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

GHEDIN, Evandro e SANTORO, Maria Amélia. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

GOMES, Carmélia Silva Carvalho. **A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento**. 2020. 51f. (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Crítica**. Filosofia e Teoria Crítica. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PIETRO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MOHANA, Nahyme Zahia Amaral. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Desafios à Escolarização Profissional**

**do Público-Alvo da Educação Especial no IF Goiano. Concepções e Ações Político-Pedagógicas.** 2020. 76f (Projeto de Dissertação de Mestrado em Educação). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2020.

NEGRÃO, Giovana Parente de. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: desafios da formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Abaetetuba/Pá.** 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, 2017.

OLIVEIRA, Tatiana Henrique Brives de. **Inclusão de alunos com deficiência na educação profissional agrícola: considerações sobre uma escola de Ensino Médio no município de Magé.** 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, 2017.

OLIVEIRA, V.S.F.C. **Inclusão: uma análise prática na Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá.** 2020. 61f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

**PPGEA: Pós-Graduação em Educação Agrícola.** 2023. Página inicial. Disponível em: <https://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgea/>. Acesso em: 29 de jan. de 2023.

SILVA, Cleonice Almeida da. **Trajetórias da Inclusão e Caminhos de Formação: Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência Visual no Curso Técnico em Agropecuária do IFCE Campus Crato.** 92f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

SILVA, Leandro Ferreira da. **Políticas públicas de Educação Inclusiva: Interfaces da Educação Especial na Educação do Campo no município de Conceição do Araguaia-PA.** 2017. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

SILVA, Marineth. **Políticas Públicas De Educação Inclusiva: interfaces da educação especial na educação do campo no município de Águia Branca/Es.** 2022 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

SIQUEIRA, Maria Leilza Pires. **Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à escolarização profissional do público-alvo da educação especial - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (campus Boa Vista).** 2018 .83f. (Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018.

SIQUEIRA, Veronica Castilho De Almeida. **Políticas Públicas de Inclusão em Educação: interfaces da educação especial na educação do campo no município de Mangaratiba-RJ.** 2022. 233f . (Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2022.

SOBREIRA, José de Mello. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Interfaces entre a Educação Profissional e a Educação Especial no IFES/Campus de Alegre.** 2020. 151p (Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2020.

VIÇOSI, Paulo Willian Brunelli. **Políticas Públicas De Educação Inclusiva: Desafios Na Escolarização De Estudantes Público-Alvo Da Educação Especial Na Educação Do Campo No Município De Conceição Da Barra – ES.** 2020. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.